

NEOLIBERALISMO E SUJEITO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, RESSIGNIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E EXCLUSÃO DA DIFERENÇA¹

NEOLIBERALISM AND SUBJECT: CONSTRUCTION OF IDENTITY, RESIGNIFICATION OF SUFFERING AND EXCLUSION OF DIFFERENCE

Helena Costa Rossi*

Cláudio Kazuo Akimoto Júnior**

Resumo:

Inspirando-se na identificação do neoliberalismo como *racionalidade*, e como manifestação de uma nova subjetividade, esta pesquisa propõe-se a compreender como o processo de transformação e instituição do sujeito neoliberal é estabelecido e se condiciona sob parâmetros de desempenho. A consequente inadequação a estes parâmetros é inserida no discurso dos diagnósticos psiquiátrico-psicológicos, ensejando uma ressignificação do sofrimento. Em consequência, alteram-se as formas de reconhecimento identitário, determinando-se espaços de exclusão em relação ao diferente. Como resultado de pesquisa bibliográfica (descritiva e exploratória), sujeita ao método interpretativo (descrição, conceituação, caracterização e apontamento de consequências), possibilitou-se, então, compreender como a nova racionalidade neoliberal intervém na construção da identidade e na ressignificação do sofrimento, definindo e estabelecendo espaços de exclusão em relação ao diferente.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Racionalidade. Subjetividade. Diagnóstico. Desempenho. Identidade. Exclusão.

Abstract:

Inspired by the identification of neoliberalism as *rationality*, and as a manifestation of a new subjectivity, this research proposes to understand how the process of transformation and institution of the neoliberal subject is established and conditioned under parameters of performance. The consequent inadequacy of these parameters is inserted in the discourse of psychiatric-psychological diagnoses, leading to a re-signification of suffering. As a consequence, the forms of identity recognition are altered, determining spaces of exclusion in relation to the different. As a result of bibliographic research (descriptive and exploratory), carried out through the interpretative method (description, conceptualization, characterization and consequences), it was possible to understand how the new neoliberal rationality intervenes in the construction of identity and the re-signification of suffering,

¹ Este artigo resulta de pesquisa realizada como avaliação final ao GEDIRC - Grupo de Extensão Direito e Regulação do Capitalismo. É fruto da orientação do Professor Doutor Luiz Fernando Massonetto, e do auxílio de Giuliano Salvarani e Bruno Fiaschetti, aos quais se agradece pela dedicação e pelos ensinamentos.

* Aluna de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E-mail: helena.costa.rossi@gmail.com.

** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Graduado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Clínica pelo Programa de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: claudiokajr@gmail.com.

defining and establishing spaces of exclusion in relation to the different.

Keywords: Neoliberalism. Rationality. Subjectivity. Diagnosis. Performance. Identity. Exclusion.

Introdução

No início do século XXI, a sociedade se defrontou com um desafio epistemológico novo, remetendo à compreensão do mundo e à consciência deste conforme a nova ordem neoliberal (GIRAUD, 2007, p. 390).

O neoliberalismo se impõe, desde então, como norma de vida que comanda as relações econômicas no mundo, transformando a sociedade e remodelando a subjetividade. Prospera em âmbito político e econômico, pela propagação do capitalismo financeiro globalizado, e provoca decisivas mudanças no plano social e no plano subjetivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Otrossim, manifesta-se capaz de organizar as relações sociais segundo o modelo de mercado, estimulando a transformação do indivíduo. Nesse sentido, Pierre Dardot e Christian Laval sintetizam-no como uma nova razão do mundo, e ao mesmo tempo, em seu potencial transmutativo, como “razão-mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Este artigo ambicionou, pois, por intermédio de investigação bibliográfica sujeita ao método interpretativo, compreender o processo de transformação e instituição do sujeito neoliberal, na construção de sua identidade, a qual se condiciona sob parâmetros de desempenho.

A consequente inadequação a estes parâmetros, aliada ao advento de discursos em apologia a diagnósticos preconcebidos das psicopatologias, entendidas e reconhecidas como identitárias, amplia os espaços de exclusão em relação ao diferente.

Propôs-se, destarte, sua composição em três partes. A primeira destas expõe a admissão, proposta por Pierre Dardot e Christian Laval, do momento neoliberal como *nova racionalidade*, capaz de integrar todas as dimensões da existência humana, e como *governamentalidade*, conceito proposto por Michel Foucault, no qual se reconhece o modelo empresarial como um modo geral de governo.

A consequente modificação no discurso sobre o homem implica na modificação do reconhecimento do sujeito pelos outros e em si mesmo, e resulta na alteração das semânticas do sofrimento, conforme critérios de desempenho.

A segunda parte que compõe este artigo aborda a instrumentalização dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas pela lógica econômica, engendrando uma mudança de percepção quanto às psicopatologias e seu diagnóstico. Nesse sentido

assume-se que o neoliberalismo compreende uma nova gramática de reconhecimento e uma nova semântica do sofrimento (DUNKER, 2016), ressignificando-o.

São criados em decorrência, como aborda a terceira parte deste artigo, espaços de exclusão do diferente, pela correlação do patológico com as experiências de inadequação, sujeitas a parâmetros de desempenho e adaptação (DUNKER, 2016).

Finalmente, constatando-se que a racionalidade neoliberal impõe a criação de uma nova identidade, assim como uma ressignificação do sofrimento e a exclusão da diferença, possibilitou-se concluir que tais implicações não devem obstar a capacidade do indivíduo para reconhecer seu pertencimento a uma sociedade humana solidária, para além dos espaços de exclusão impostos pelo modelo neoliberal.

1. Neoliberalismo como forma de subjetivação: o novo devir do homem

A partir do diagnóstico proposto por Pierre Dardot e Christian Laval para uma acepção crítica do neoliberalismo, permite-se compreendê-lo não tanto como ideologia ou política econômica, mas principalmente como uma *racionalidade* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Enquanto tal, tende à integração de variadas dimensões da existência humana, expressas essencialmente, na generalização da *concorrência* como *norma de conduta* e do *modelo da empresa* como *modelo de subjetivação* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

É, nesse sentido, a razão do capitalismo contemporâneo, construído historicamente como norma geral de vida e definido como conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O neoliberalismo como *racionalidade* configura-se em diálogo com o conceito de *governamentalidade* trazido por Michel Foucault, como o “modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo por meio das técnicas de si, como encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18; FOUCAULT, 1994).

A governamentalidade, assim entendida no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle e de orientação de condutas, implica na determinação do *modelo empresarial* como um *modo geral de governo*, o qual, muito além da esfera econômica, determina uma nova forma de racionalização da existência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27).

Logo, o mercado se estabelece como princípio do governo dos homens e do governo de si, empregando técnicas de poder extraordinárias sobre as condutas e sobre a subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Sua lógica se perfaz, por conseguinte, como lógica normativa generalizada, desde o Estado até a essência da subjetividade, a qual se reproduz na relação do capital consigo mesmo e na relação do sujeito consigo mesmo, como um “capital humano que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31-34).

Dessa forma, a racionalidade neoliberal articula-se com a governamentalidade empresarial na definição do indivíduo, conforme:

A governamentalidade empresarial está ligada a uma racionalidade de conjunto que tira força de seu próprio caráter abrangente, já que permite descrever as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos, prescrever os modos de controle e influência que devem ser exercidos sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e as formas da ação pública. Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele deve ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Permite-se verificar, então, uma modificação do reconhecimento do sujeito pelos outros e em si mesmo, tanto nas práticas discursivas quanto institucionais, conforme se estabelecem historicamente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321):

A racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. Nesse sentido, o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes “regimes de existência”, (...). Em particular, permite articular os objetivos da política adotada a todos os componentes da vida social e individual (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321-322).

A nova rede de estímulos instituída, culmina na reorganização da sociedade, das relações e dos comportamentos, e produz, como efeito, funcionamentos psíquicos de um novo tipo que implicam necessariamente num “devir-outro dos sujeitos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Intensificado pela “lei da eficácia”, ou seja, pela maximização dos esforços e resultados sobre a minimização dos gastos, o novo devir do homem se consubstancia

no “homem eficaz”, o qual, além do “homem cálculo” benthamiano, sujeita-se a uma homogeneização do discurso sobre si em torno da figura da empresa. O homem da era neoliberal configura-se, portanto, como “homem empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351).

Nesse sentido, o percurso da moral à economia, o qual no utilitarismo benthamiano vinculava-se sob orientação do cálculo custo-benefício, torna-se mais estreito, e passa a ser trilhado em sentido inverso. A economia absorve e se confunde com a moral, convertendo-se no elemento organizador da vida (FRANCO et al, 2015).

Trata-se, portanto, de governar um ser cuja moral e subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade econômica que se exige que ele cumpra. O “homem empresarial” caracteriza-se, assim, como sujeito unitário, como sujeito do envolvimento total de si mesmo na atividade à qual se propõe (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Esse sujeito que deve adaptar-se continuamente às necessidades e variações da demanda do mercado, constitui-se como sujeito da “falha-zero”, especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo e empreendedor de si mesmo. Responsável, portanto, inteira e completamente, por seus fracassos e por sua infelicidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330).

O indivíduo, então, se torna um “microcosmo” em perfeita harmonia com o mundo da empresa e o “domínio de si mesmo coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo. O indivíduo é o melhor, senão o único ‘integrador’ da complexidade e o ‘melhor ator da incerteza’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 342).

Assim, segundo Pierre Dardot e Christian Laval, “a irresponsabilidade de um mundo que se tornou ingovernável em virtude de seu próprio caráter global tem como correlato a infinita responsabilidade do indivíduo por seu próprio destino, por sua capacidade de ser bem-sucedido e feliz” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 344).

Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “*economics are the method, the object is to change the soul*”, elucidando, em consequência, a amplitude que assume a transformação do indivíduo neoliberal.

Nesse contexto de reestruturação do indivíduo em si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356), a personalidade e o fator humano, vistos apenas como recurso econômico, tornam-se elementos de *desempenho*, objetivo maior que incorpora a incerteza e a brutalidade da competição ao fracasso pessoal e desvalorização do indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 363).

O conseqüente discurso da “realização de si mesmo” e do “sucesso de vida” leva a uma estigmatização dos fracassados e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade. O “fracasso social” é visto, em última instância, como uma patologia (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367).

Por conseguinte, permite-se compreender que o neoliberalismo traz consigo uma nova forma de racionalidade, capaz de transformar o discurso sobre o homem, assim como a percepção de sua identidade, condicionados pela imperatividade da eficácia e do desempenho, valores maiores no contexto histórico neoliberal.

Difunde-se como *racionalidade e governamentalidade*, e define-se como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens e alteram os regimes de sua existência. O neoliberalismo culmina num devir outro dos sujeitos, que se consubstancia na construção de suas identidades segundo critérios de competição e desempenho.

2. Neoliberalismo e ressignificação do sofrimento

A instrumentalização dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas - nos quais os sujeitos encontram seu lugar e sua identidade - pela racionalidade neoliberal, enseja uma mudança nas narrativas de expressão e reconhecimento do sofrimento, ressignificando-o.

Afinal, se, como indicava Lacan, o discurso capitalista consome tudo, e se consome tanto os recursos naturais como o material humano, também consome as formas institucionais e simbólicas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 368).

A manipulação dessas identificações pelo aparato econômico as transforma em ideais voláteis do eu, em constante remodelação. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 368).

Christian Dunker explora as formas de manifestação subjetiva dessa vicissitude, associando a racionalização do discurso sobre o indivíduo à colonização do mundo da vida pela razão instrumental, conforme:

Há demasiada racionalização do trabalho, da linguagem e da vida, que redundam em perda do caráter orgânico e autêntico da experiência (*Erfahrung*). Há uma reificação generalizada da consciência e uma hipertrofia do pensamento da identidade que se prolonga em uma colonização do mundo da vida (*Lebenswelt*) pela razão instrumental (DUNKER, 2011, p. 124).

Assim, sustenta-se que o neoliberalismo, tido como racionalidade colonizadora, compreende uma nova gramática de reconhecimento do indivíduo pelos outros e em si mesmo, assim como uma nova semântica para o sofrimento, ressignificando-o segundo a época na qual se insere (DUNKER, 2011, p. 219).

O sofrimento se transforma na função direta da gramática que o reconhece. Nesse sentido, todo sofrimento contém uma demanda de reconhecimento e responde a uma política de identificação. Cada época define politicamente quanto e

qual sofrimento pode ser suportado e qual deve ser incluído na esfera do patológico (DUNKER, 2011, p. 219).

Subsumido ao período histórico ao qual corresponde, impõe-se, como condição para se pensar o sofrimento, a atenção à sua estrutura como narrativa, expressa em um processo transformativo que é reconhecido no âmbito da linguagem (DUNKER, 2011, p. 219):

Se o mal-estar se mostra na finitude de nosso corpo, na precariedade de nossos acordos humanos, em nossa disposição à repetição e à angústia, resistindo à vagueza de sua nomeação, o sofrimento determina-se pela narrativa e pelo discurso nos quais se inclui ou dos quais se exclui (DUNKER, 2011, p. 25).

A experiência de sofrimento depende, portanto, de atos de reconhecimento, articulados pela narrativa, exprimindo-se como uma dialética entre o eu e as situações socialmente elaboradas (DUNKER, 2011, p. 220).

A identificação entre o sujeito e o princípio do “desempenho”, da “auto-organização” e do “empreendedorismo” determina a formação de leis de identidade e reconhecimento, sob forma de demanda, desejo, linguagem e trabalho, o que “faz do sofrimento uma experiência de reconhecimento intersubjetivo [que] se partilha e é função direta dos atos de reconhecimento que o determinam como tal” (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

Assim, o neoliberalismo, irrestrito ao domínio do capital em sua forma financeira, às políticas de desregulamentação ou aos grandes centros de poder corporativo, expande sua racionalidade aos campos da vida social, ou seja, ao modo de viver, trabalhar, desejar, comunicar e, acima de tudo, sofrer (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

O sofrimento no momento neoliberal integra-se, portanto, ao cotidiano da vida e naturaliza-se como parte dos sujeitos (DUNKER, 2016), de forma que as “radicais transformações das configurações econômicas, normativas e políticas nas últimas décadas tornam incontornável o exame de sua repercussão sobre o sujeito que vive nessa sociedade” (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

Neste contexto, o modelo socioeconômico passa a esculpir os modelos de governo e gestão social de subjetividades, com capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de sofrimento. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente, permitindo dessa forma, mostrar que (COELHO; SMID; AMBRA, 2017):

(...) o modelo sócio-econômico hegemônico nos últimos quarenta anos, a saber, o neoliberalismo e sua psicologia implícita, pode ser compreendido como fator causal importante para transformações profundas na configuração

das categorias clínicas a partir, sobretudo, do advento do DSM III, no final da década de setenta. Transformações tais como: o desaparecimento das neuroses como quadro compreensivo principal para a determinação do sofrimento psíquico, a individualização das depressões, a ascensão das patologias narcísicas e *borderlines*, a organização do campo das antigas psicoses, o abandono de perspectivas etiológicas sobre as categorias clínicas, assim como a individualização funcional das mesmas e a recusa de descrições estruturais podem ser analisadas como fenômenos convergentes ligados, entre outras coisas, ao impacto da circulação de valores próprios à psicologia implícita de um modelo socioeconômico então em ascensão no mundo ocidental, a saber, o neoliberalismo (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

A racionalidade empresarial, em diálogo com a intensificação das referências de sucesso e felicidade, implica, conseqüentemente, na aproximação das experiências do patológico e as experiências de inadequação, sob parâmetros de desempenho e adaptação (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

Lembremos a este respeito como conhecemos estudos que demonstraram a associação entre o advento do neoliberalismo e um novo *ethos* do capitalismo, distinto daquele descrito pela ética do trabalho ascético de moldes weberianos. Insistamos que em tal *ethos* reside não apenas a determinação de novas relações ao mundo do trabalho, mas também a base moral de uma psicologia implícita com forte influência na configuração dos processos de socialização e individuação presentes nos vários sistemas da vida social (família, mundo do trabalho, escola, Estado, etc.). Podemos partir destas elaborações para perguntar se este *ethos* não representou também o advento de uma nova gramática de sofrimento psíquico, ou ainda, novas formas de inscrição do sofrimento psíquico em patologias reconhecidas pelo saber psiquiátrico-psicológico (FRANCO et al, 2015).

Ressalta-se, outrossim, que o advento de novas formas de inscrição do sofrimento, segundo categorias de diagnóstico psiquiátrico e psicológico, permite vincular as avaliações de desempenho de acordo com o sucesso ou fracasso sociais, com espécies de patologias.

3. Construção da identidade e exclusão da diferença

O DSM (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais, ou Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) (APA, 2013), constitui um sistema de classificação de transtornos mentais periodicamente revisado e estabelecido

para padronizar as nomenclaturas das psicopatologias, orientando o diagnóstico descritivo (GOMES DE MATOS et al, 2005, p. 312-318).

Comparando-se a terceira edição do DSM, que apresentava 262 diagnósticos, com a edição mais recente, publicada em 18 de maio de 2013,² que agora conta com 300 categorias diagnósticas dispostas em 947 páginas (APA, 2013), é possível notar um relevante acréscimo de conteúdo e na variedade de classificações apresentadas (MAYES; HORWITZ, 2005, p. 249-267).

Com efeito, em sua quinta e última edição, fez-se notar o crescimento exponencial de categorias diagnósticas indicadas, com diversos novos tipos de patologias, tais como: “transtorno neurocognitivo leve”, “transtorno disruptivo de desregulação do humor”, “transtorno da compulsão alimentar periódica”, “desregulação do temperamento com disforia”.

Tais classificações, assim como a depressão ou o tão comum transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, podem ser apontados como uma forma evidente de patologização crescente dos comportamentos (FREITAS; AMARANTE, 2012), especialmente daqueles que se afastem dos padrões esperados de produção e desempenho.

Entretanto, a delimitação das fronteiras no que diz respeito a identificar os marcos da passagem de uma tristeza à depressão, das variações de humor ao transtorno bipolar ou de quando a agitação das crianças passaria a ser considerada transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, não pode pretender-se absoluta e aplicável à generalidade de casos (FREITAS; AMARANTE, 2012).

Esta expansão decorre, sobretudo, de um hiperdimensionamento da linguagem e prática clínicas nos manuais para diagnóstico, o qual se afasta dos sujeitos no intento de assumir uma legitimação puramente científica (SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 67):

(...) os interesses se voltaram para a formulação de um saber que fosse mais objetivo, universal e, portanto, mais próximo de um saber científico (...). Na tentativa de seguir o modelo da medicina, o diagnóstico deixa de ter um papel de certa forma secundário e passa a ser central. Por conseguinte, a psiquiatria biológica e sua psicofarmacologia tomam mais espaço no cenário da saúde mental (...) (SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 76).

Conforme perenemente apontado por Peter Berger, os conceitos classificatórios apresentados para diagnóstico determinam-se pela sua capacidade de

² Como um reflexo do saber psiquiátrico, o DSM sempre esteve sincronizado com as mudanças e vertentes hegemônicas no campo do saber científico da psiquiatria e saúde mental, não podendo ser analisado em descontinuidade com o contexto histórico no qual se desenvolve.

interferir na subjetividade humana e ensinar a formação de novos grupos identitários (BERGER, 1986).

Da mesma forma que há um evidente controle social operado pelos mais diversos dispositivos, haveria também no indivíduo uma vontade profunda de pertencimento, o que o leva a procurar assumir o lugar na sociedade destinado a ele, moldando sua identidade de acordo com o discurso contido no espaço social onde convive (BERGER, 1986).

Permite-se, sobretudo, consolidar a sujeição do indivíduo - que reconhece sua identidade como resultado de um diagnóstico psiquiátrico-psicológico genérico e preestabelecido - aos critérios de desempenho próprios da racionalidade neoliberal.

Tal sujeição das pessoas e formas de vida à lógica neoliberal manifesta-se assim, como “incapacidade de reconhecer a alteridade no interior do sujeito (*Entfremdung*) e como exteriorização do que não pode ser reconhecido como próprio (*Entäusserung*)” (DUNKER, 2015, p. 36). O que implica na negação da complexidade das experiências de sofrimento (SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 79), e motiva, e mantém, uma lógica de exclusão daqueles identificados como diferentes e inadequados.

O questionamento proposto por Christian Dunker se responde em si mesmo: “o que fazer com os excluídos senão atribuir-lhes uma dificuldade “individual”?” (DUNKER, 2016).

O ser humano, transformado em objeto e avaliado pela sua produção, torna-se obsoleto e ainda, responsável único por sua obsolescência.

Nesse sentido, o neoliberalismo se ocupa metodologicamente de como extrair certa produtividade do sofrimento, propondo alternativas para essa “doença da responsabilidade”, imputada aos indivíduos incapazes de se moldarem à norma social da felicidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367), que flutua conforme as demandas do mercado e se manifesta conforme disposto em:

O remédio mais apropriado para essa doença da responsabilidade, essa usura provocada pela escolha permanente, é uma dopagem generalizada. O medicamento faz as vezes de instituição que não apoia mais, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados. Vícios diversos e dependências às mídias artificiais são alguns desses estados artificiais. O consumo de mercadorias também faria parte dessa medicação social, como suplemento de instituições debilitadas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367).

Como fruto da apropriação do sofrimento pela razão neoliberal, consolida-se uma “mercantilização do sofrimento”, assim como uma “medicalização das subjetividades”, o que se entende como o processo ativo de tornar passíveis de diagnóstico,

tratamento e prevenção alguns eventos e condições até então considerados pertinentes e próprios da existência humana (SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 66-67). Chega a tornar-se ordinária a mensagem de que os transtornos mentais seriam a epidemia do nosso tempo (FREITAS; AMARANTE, 2012, RABELLO; CAMARGO JÚNIOR, 2012, p. 357-367).

Notadamente quando a “incapacidade” para a vida - reduzida pela lei da eficácia, e pensada sob a lógica do desempenho econômico - transforma-se no diagnóstico de manifestações patológicas, verifica-se o afastamento em relação ao outro.

Por conseguinte, são produzidos espaços de exclusão (DUNKER, 2015, p. 28), resultantes de um processo de elaboração da diferença em relação ao outro, orientada para o *interior* de determinados grupos em termos de proteção e para o *exterior* em termos de desvalorização do diferente, associando num mesmo movimento a construção da identidade e a exclusão da diferença (RAMOS; NOVO, 2003, p. 492).

Tal processo supõe uma reorganização dos afetos (DUNKER, 2015, p. 28), definindo-se, pois, que a capacidade de empatia decresce significativamente à medida que nos afastamos socialmente do outro (REIS, 2000, p. 143).

Manifesta-se, então, como exacerbação de um traço característico do comportamento competitivo empresarial, e indica um processo no qual, ao invés da tolerância e do bem comum, os valores enfatizados passam a ser a intolerância, a discriminação e a segregação (AUGUSTO, 2002, p. 221) do diferente, tido como inadequado, conforme explica Christian Dunker:

Na medida em que a cultura torna-se anódina no que diz respeito à sua eticidade, e que a eticidade torna-se expressão de uma política de identidade, o resultado estrutural é a hipótese permanente de que outras formas de vida (inacessíveis, dada a segmentação cultural) detêm um fragmento de gozo (ilegítimo, inautêntico e excessivo) que está na raiz de nossas disposições de preconceito e segregação (DUNKER, 2015, p. 226).

Logo, a identificação dos sujeitos segundo critérios de adequação ou inadequação à racionalidade neoliberal, enseja a criação de espaços de exclusão da diferença, os quais adquirem patente “caráter repressivo” (GARLAND, 1999, p. 64), desconexo e desinteressado das complexidades do sofrimento, o que justifica a indignação de Antonin Artaud, exposta na “Carta aos Diretores de Asilos de Loucos”:

Não pensamos em discutir aqui o valor dessa ciência, nem a duvidosa existência das doenças mentais. Porém, para cada cem pretendidas patogenias, onde se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações, onde as mais vagas são também as únicas utilizáveis, quantas tentativas nobres se contam para conseguir melhor

compreensão do mundo irreal onde vivem aqueles que vocês encarceraram? (ARTAUD, 1979, p. 23).

Nesse sentido, a gestão neoliberal da identidade perfaz-se impedindo os sujeitos de reconhecerem que há algo de seu desejo que se constitui a partir do outro, do diferente (GARLAND, 1999, p. 64).

Resta observar a proposta de Pierre Dardot e Christian Laval, para os quais “é inútil lamentar”. Como alternativa, convida-se a analisar criticamente como as disciplinas médicas e psicológicas se articulam com o discurso econômico neoliberal, constituindo elementos de uma racionalidade excludente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 375).

Conclusão

Reconhecendo-se que o neoliberalismo engendra as formas de subjetividade de que necessita, constata-se que o sofrimento não pode ser separado de seus modos de expressão e de reconhecimento social, “nem dos mitos que constroem a escolha de seus termos nem das teorias e dos romances dos quais ele retém a forma e o sentido” (COELHO; SMID; AMBRA, 2017), conforme:

O corpo que fala é sempre um corpo socializado. O mal-estar, o sofrimento, o sintoma, enfim, nós podemos também nos apoiar nessa nova tríade, principalmente para apontar que sempre algo dessa ordem se compartilha de alguma forma na dita civilização (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

Como confirma Christian Dunker: “se há homologia entre o sintoma e a obra de arte, é preciso considerar cada novo sofrimento como invenção e resposta às transformações no horizonte de uma época” (COELHO; SMID; AMBRA, 2017).

Nesse âmbito, a exclusão de indivíduos inadequados ao modo de produção e modo de vida neoliberal mostra-se em processo de expansão concomitante ao avanço dos discursos em apologia ao diagnóstico psiquiátrico-psicológico, como reconhecimento de identidade e como forma de desconhecimento do outro.

Notadamente, quando a inadequação aos parâmetros de desempenho transforma-se no diagnóstico de manifestações patológicas, verifica-se o afastamento em relação ao indivíduo tido como diferente.

Essa instrumentalização da subjetividade pelas instituições econômicas também introduz no sujeito a indiferença em relação ao outro (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 369), o que não deveria, como ressalta Maria Rita Kehl, impossibilitar a capacidade do indivíduo de reconhecer sua “dívida simbólica em relação aos seus semelhantes”, ou seja,

de reconhecer seu pertencimento a uma sociedade solidária, e interessar-se pelo outro, a ele semelhante.

Sendo assim, possibilitou-se compreender como o processo de transformação e instituição do sujeito neoliberal é estabelecido e se condiciona sob parâmetros de desempenho. Este sujeito, cuja identidade se molda de acordo com o espaço social ao qual pertence, sujeita-se aos diagnósticos psiquiátrico-psicológicos produzidos sob tais parâmetros, o que propicia uma ressignificação de seu sofrimento.

O reconhecimento identitário sujeito à racionalidade neoliberal determina, então, espaços de exclusão em relação ao diferente, os quais devem ser repensados a partir da compreensão crítica da racionalidade neoliberal.

São Paulo, fevereiro de 2018.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, May 2013.

ARTAUD, Antonin. *Cartas aos poderes*. Porto Alegre: Editorial Vila Martha, 1979.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Segregação social e violência urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, fev. 2002.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

COELHO, Bruna Martins; SMID, Daniela; AMBRA, Pedro. *A psicanálise e o neoliberalismo: entrevista com Caterina Koltai, Christian Dunker, Maria Rita Kehl, Nelson da Silva Jr., Paulo Endo e Rodrigo Camargo*. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2017/05/19/a-psicanalise-e-o-neoliberalismo-entrevista-com-caterina-koltai-christian-dunker-maria-rita-kehl-nelson-da-silva-jr-paulo-endo-e-rodrigo-camargo/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. (Coleção Estado de Sítio).

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 115-136, jun. 2011.

_____. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. (Coleção Estado de Sítio).

_____. O neoliberalismo e seus normalopatas. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. Trad. F. Durant-Bogaert. In: HUTTON, P. H.; GUTMAN, H.; MARTIN, L. H. (Ed.). *Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1988. p. 16-49. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4. Disponível em: <https://cognitiveenhancement.weebly.com/uploads/1/8/5/1/18518906/as_tecnicas_do_si_michel_foucault.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Julio Cesar Leme de; MANZI, Ronaldo; AFSHAR, Yasmin; SAFATLE, Vladimir (Coord.). *O utilitarismo britânico e a gênese disciplinar do sujeito liberal*. Disponível em: <https://latesfip.files.wordpress.com/2015/07/latesfip_utilitarismo.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. Psiquiatrização da vida e o DSM V: desafios para o início do século XXI. *Informe ENSP*, Rio de Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/29782>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, nov. 1999.

GIRAUD, Olivier. A globalização vista do norte e do sul: quais os seus mecanismos sociais? *Cad. Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 51, p. 389-399, set./dez. 2007.

GOMES DE MATOS, Evandro; GOMES DE MATOS, Thania Mello; GOMES DE MATOS, Gustavo Mello. A importância e as limitações do uso do DSM-IV na prática clínica. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 312-318, set./dez. 2005.

MAYES, Rick; HORWITZ, Allan V. DSM-III and the revolution in the classification of mental illness. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 41, n. 3, p. 249-267, Summer 2005.

RABELLO, Elaine Teixeira; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. Propagandas de medicamentos: a saúde como produto de consumo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 41, p. 357-367, abr./jun. 2012.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 8, n. 3, set./dez., 2003.

REIS, Elisa Pereira. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000.

SOALHEIRO, Nina Isabel; MOTA, Flavio Sagnori. Medicalização da vida: doença, transtornos e saúde mental. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2014.